MINISTÉRIO DA GUERRA

Repartição do Gabinete

Decreto n.º 9:499

Havendo a experiência de dois anos demonstrado a necessidade e conveniência de introduzir várias alterações no regulamento para a organização do Arquivo Histórico Militar, aprovado por decreto n.º 7:723 de 4 de Outubro de 1921: hei por bem, sob proposta do Ministro da Guerra, ouvido o Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

Regulamento do Arquivo Histórico Militar

Artigo 1.º O Arquivo Histórico Militar, que, nos termos do artigo 256.º do decreto com força de lei de 25 de Maio de 1911, constitui dependência da 1.ª Direcção do Estado Maior do Exército, tem por fim a guarda e catalogação de todos os documentos históricos relativos às campanhas do exército português, a factos e períodos de carácter histórico militar intermédios às mesmas campanhas e os referentes às guerras ultramarinas, bem como de todos os documentos que possam ter interesse sob o ponto de vista bibliográfico-militar.

Art. 2.º O Arquivo Histórico Militar será constituído:

a) Por todos os documentos manuscritos de natureza histórico-militar existentes: nos actuais arquivos das Direcções Gerais do Ministério da Guerra; nos arquivos, bibliotecas ou museus quer do estado maior do exército, quer de qualquer outra estação dependente do Ministério da Guerra; nos arquivos e bibliotecas dependentes de qualquer outro Ministério;

b) Pelos documentos de idêntica natureza que de futuro dêem entrada nas estações a que se refere a alínea anterior;

c) Por documentos idênticos obtidos por aquisição a particulares, por oferta destes, cedidos para depósito, ou de que se tenham alcançado cópias.

Art. 3.º O Arquivo Histórico Militar distribui-se por três grandes divisões:

1.ª Documentos relativos a campanhas na metrópole e na Europa; factos e períodos históricos intermédios;

2.ª Documentos relativos a expedições e campanhas ultramarinas;

3.ª Documentos de natureza geral, comuns a todas as épocas do exército, a partir de 1640, como sejam: estudos, memórias, reconhecimentos para a defesa geral ou parcial do país; organizações do exército; legislação e justiça militar; uniformes, etc.

Art. 4.º Dentro de cada divisão haverá tantas secções especiais quantas as campanhas, expedições ou períodos históricos intermédios a considerar, e ainda aquelas que disserem respeito a assuntos gerais, como: defesa do país, organizações do exército, instrução, uniformes, etc., todas com respectivas datas e designações.

Art. 5.º Os documentos relativos a cada secção serão reunidos, quanto possível, na mesma sala ou em salas contíguas, havendo nestas os convenientes dísticos e letreiros impressos, com a designação das campanhas ou expedições a que correspondam, natureza dos documentos, datas e quaisquer sumários esclarecimentos que facilitem uma rápida pesquisa e conhecimento pronto do que constitui o conjunto documental privativo de cada campanha ou expedição.

Art. 6.º Os processos e documentos de idêntica natureza relativos a cada secção serão, salvo a necessidade do melhor aproveitamento de algum local ou sala do Arquivo, arrumados por ordem cronológica, numerados seguidamente e constituirão maços, com os respectivos índices, convenientemente resguardados por caixas de folha ou de cartão e madeira, ou ainda cartonados ou encadernados em volumes, e em qualquer caso tendo na lombada rótulos com o devido número, designação da secção e da espécie de documentos que contiverem, e indicação da sala, estante e prateleira a que correspondam.

Art. 7.º Cada maço conterà um índice dos processos e documentos soltos que encerrar, com designação numérica de uns e outros. À medida que forem sendo elaborados os índices, todos os documentos serão marcados a tinta de óleo, com carimbo privativo do Arquivo Histórico Militar e numerados a tinta encarnada dentro da correspondente secção os soltos, dentro do processo respectivo os restantes.

Art. 8.º Em relação a cada secção serão organizados:

1.º Uma relação ou inventário geral das caixas e livros que constituem o respectivo arquivo, com indicação da natureza da documentação que aquelas contiverem ou da escrituração a que estes respeitarem; número de caixas e livros referentes a cada assunto; indicação da sala, estante e prateleira onde se encontrarem;

2.º Um duplicado de cada índice que acompanha os maços. Com estes duplicados constituir-se-ão catálogos especiais, que indicarão prontamente a qualidade e quantidade de documentos relativos a cada assunto ou facto histórico;

3.º Um catálogo constituído por verbetes relativos a cada processo ou documento solto indicado nos índices dos maços, verbetes que contereão todos os esclarecimentos convenientes para completo conhecimento do processo. Serão também formulados os verbetes remissivos, extraídos de cada processo ou documento, conforme os vários assuntos ou entidades a que possam interessar ou referir-se.

Art. 9.º Haverá um inventário geral ou tomo, em que serão registadas separadamente por secções todas as caixas com documentos e livros do Arquivo, designando-se as respectivas datas, natureza dos documentos ou escrituração e colocação no Arquivo.

§ 1.º Serão formulados inventários especiais para cada sala, quando nestas houver mais do que uma secção, com as mesmas designações e indicação de estantes e prateleiras. Estes inventários deverão ser constituídos por verbetes.

§ 2.º Estes trabalhos e bem assim aqueles a que se refere o artigo 8.º serão de preferência impressos ou dactilografados.

Art. 10.º Anualmente será publicado um *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, cujo original deve estar concluído até 31 de Janeiro e será submetido à apreciação do chefe do estado maior do exército. Logo que seja aprovado, será por este remetido ao Ministério da Guerra para efeitos de impressão e publicação.

Art. 11.º O *Boletim* constará de duas partes. A primeira compreenderá habitualmente: uma notícia histórica relativa, em geral, a arquivos militares; legislação que a estes respeitar; relatórios anuais elaborados pelo director do Arquivo Histórico; actas das sessões da comissão a que se refere o artigo 17.º do presente regulamento; trabalhos de catalogação realizados pelo pessoal do Arquivo; reprodução de documentos de maior importância histórica existentes no Arquivo; movimento do pessoal deste. A segunda parte será reservada à publicação das actas e dos trabalhos realizados ou promovidos pela Comissão de História Militar e ao movimento do pessoal desta Comissão.

Art. 12.º Será por conta do Ministério da Guerra toda a despesa de impressão e publicação do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, e diligenciar-se há que tal publicação esteja concluída, até 31 de Maio e a distribuição feita durante o mês de Junho em cada ano.

Art. 13.º A tiragem desta publicação será sempre a necessária para permitir não só uma larga distribuição pelas bibliotecas militares e civis da metrópole e colónias, como ainda para distribuir pelos arquivos histórico-militares e principais bibliotecas de Espanha, França, Inglaterra, Brasil e outros países com quem convenha estabelecer permutação de publicações similares.

§ 1.º Não deve a tiragem ser, em geral, inferior a 600 exemplares, para que alguns (1/6 a 1/4 da tiragem) possam ser destinados à venda pública.

§ 2.º Reverterá para o Ministério da Guerra, como compensação e amortização de parte da despesa feita, o produto da venda dos exemplares do *Boletim*.

§ 3.º A distribuição do *Boletim* ficará a cargo da direcção do Arquivo Histórico, ouvida a Comissão de História Militar.

Art. 14.º Os processos do Arquivo Histórico Militar poderão ali ser consultados, salvo as restrições dos parágrafos seguintes, por quaisquer indivíduos nacionais, militares ou civis, desde que por escrito requisitem no Arquivo tal consulta, indicando na requisição o fim desta.

§ 1.º Não serão facultados documentos que tenham sido mandados considerar como reservados, enquanto durar a reserva determinada pelo Ministério da Guerra.

§ 2.º Quando a consulta se referir a documentos de campanhas ou expedições efectuadas dentro dos últimos vinte anos, será exigida a necessária autorização ao chefe do estado maior do exército.

§ 3.º A consulta será facultada a estrangeiros, militares ou civis, mediante autorização escrita do Ministério da Guerra, após informação do chefe do estado maior do exército, ouvido o director do Arquivo.

Art. 15.º Nenhum documento do Arquivo Histórico Militar poderá dali ser retirado, salvo ordem autenticada do chefe do estado maior do exército, a qual designará claramente a estação, repartição ou indivíduo a quem o processo ou documento vai ser temporariamente confiado, e marcará prazo para a sua restituição ao Arquivo, prazo que em regra não deve exceder trinta dias.

Art. 16.º A estação, repartição ou indivíduo que receber o processo ou documento, passará o devido recibo ao Arquivo, recibo que neste ficará depositado até à restituição do documento. Tal recibo será devidamente autenticado.

Art. 17.º Uma comissão permanente constituída pelos directores do Arquivo Histórico Militar e do Arquivo da 1.ª Direcção Geral do Ministério da Guerra e por um oficial de reconhecida competência em assuntos histórico-militares, nomeado pelo Ministério da Guerra, sob proposta do chefe do estado maior do exército, terá por fim cuidar da entrega ao Arquivo Histórico Militar dos documentos a que se refere o artigo 2.º, e reunirá quando for necessário para:

a) Examinar os documentos remetidos, quer ao Arquivo Histórico Militar, quer ao da 1.ª Direcção Geral do Ministério da Guerra, a fim de determinar os que devem ficar definitivamente depositados em cada um dos arquivos;

b) Verificar a utilidade ou inutilidade da conservação no Arquivo de quaisquer documentos ou livros, registando a sua opinião na acta da respectiva sessão. Os papéis julgados inúteis, depois de confirmada esta classificação pelo chefe do estado maior do exército, serão vendidos a peso, revertendo o produto da venda para os fundos do Arquivo Histórico.

Art. 18.º Os documentos histórico-militares recebidos no Arquivo Histórico Militar por oferta serão registados

na *Ordem do Exército*, 2.ª série, independentemente do agradecimento que pela direcção do Arquivo Histórico será enviado ao offerente.

Na mesmo *Ordem* se fará menção de louvor nominal, quando tal louvor for proposto pelo chefe do estado maior do exército, atendendo ao subido valor histórico dos documentos manuscritos ou impressos oferecidos, e tal louvor for aprovado pelo Ministro da Guerra.

Art. 19.º O quadro do pessoal do Arquivo Histórico Militar é constituído por:

1 director, oficial superior, de preferência na situação de reserva ou reformado.

8 adjuntos, oficiais de qualquer arma ou do secretariado militar, de preferência na situação de reserva ou reformados.

9 amanuenses, sargentos ou cabos, um dos quais será dactilógrafo.

4 serventes, soldados.

§ único. Quando oportunamente o Arquivo do Corpo Expedicionário Português for incorporado no Arquivo Histórico, o quadro de pessoal deste será aumentado com 1 oficial adjunto e 1 amanuense.

Art. 20.º O director será nomeado pelo Ministério da Guerra, sob proposta do chefe do estado maior do exército, proposta que deverá recair em official que tenha demonstrado competência em assuntos de história militar ou que tenha prestado serviço no Arquivo.

Art. 21.º Os adjuntos serão propostos pelo director ao chefe do estado maior do exército, devendo a proposta ser, de preferência, fundamentada em conhecimentos de história militar que os officiais hajam demonstrado possuir. Conformando-se com a proposta feita, o chefe de estado maior do exército solicitará do Ministério da Guerra a devida nomeação.

Art. 22.º Devem os amanuenses possuir boa caligrafia e os serventes saber ler correntemente.

Art. 23.º É das atribuições do director:

1.º Dirigir os serviços do Arquivo na conformidade dos preceitos gerais contidos neste diploma e de quaisquer instruções especiais que receba do chefe do estado maior do exército;

2.º Distribuir o serviço pelos adjuntos, repartindo por eles as várias secções e serviços de secretaria e do conselho eventual, conforme praticamente for reconhecido mais conveniente ao funcionamento do Arquivo;

3.º Formular as instruções necessárias para regular o serviço dos adjuntos, o das consultas dos processos e documentos pelos estudiosos, o da conservação e limpeza das caixas e livros, serviço geral dos serventes e para prevenir qualquer risco de incêndio;

4.º Formular proposta para o preenchimento da vaga de qualquer adjunto, fundamentando-a nos termos do artigo 21.º e enviando-a ao chefe do estado maior do exército;

5.º Corresponder-se directamente com as unidades do exército, estabelecimentos militares e civis, bibliotecas e arquivos nacionais e estrangeiros e por intermédio do estado maior do exército, com o Ministério da Guerra, outros Ministérios, divisões, do exército e comandos militares;

6.º Requisitar ao chefe do estado maior do exército a nomeação ou substituição dos amanuenses e serventes;

7.º Submeter à apreciação do chefe do estado maior do exército quaisquer propostas relativas a melhoramentos a introduzir, quer na instalação, quer nos serviços do Arquivo;

8.º Promover a aquisição para o Arquivo dos documentos a que se refere a alínea c) do artigo 2.º;

9.º Dar conta anualmente até 31 de Janeiro, ao chefe do estado maior do exército, em relatório sucinto, do estado da instalação do Arquivo, do serviço desempenhado durante o ano na classificação e arrumação dos docu-

mentos, dos trabalhos elaborados pelo pessoal do Arquivo, do funcionamento dos serviços, frequência de estudiosos e visitantes, informando também acerca da assiduidade e dedicação ao serviço dos adjuntos e amanuenses. Este relatório pode ser acompanhado das propostas a que se refere o n.º 7.º

Art. 24.º Compete aos adjuntos:

- 1.º Executar os serviços de codificação, classificação e arrumação dos documentos, sob a superintendência e na conformidade das instruções prescritas pelo director;
- 2.º Elaborar os indícios dos maços, sumários e verbetes para os catálogos;
- 3.º Formular a correspondência que lhes seja ordenada pelo director;
- 4.º Facultar aos estudiosos os processos ou documentos da respectiva secção que solicitarem e fornecer-lhes os esclarecimentos que pedirem sobre os mesmos, na conformidade das instruções formuladas pelo director, verificando no acto da entrega dos referidos documentos que estes ficaram devidamente ordenados;
- 5.º Desempenhar as funções de vogal ou de secretário do conselho eventual.

Art. 25.º Compete aos amanuenses executar os serviços de escrituração e correspondência que lhes forem determinados pelo director e adjuntos, e vigiar pela exacta observância dos deveres dos serventes, na conformidade das instruções privativas destes.

Art. 26.º Compete aos serventes:

- 1.º Executar os serviços de limpeza de todas as dependências do Arquivo, e bem assim a pesquisa e arrumação de caixas e livros que lhes forem ordenadas, em conformidade com as instruções e ordens do director e adjuntos;
- 2.º Facultar aos estudiosos os maços de documentos que pelos adjuntos lhes forem designados e arrumá-los nos respectivos lugares, depois de verificados pelos mesmos adjuntos;
- 3.º Desempenhar o serviço de ordenanças e qualquer outro do Arquivo que lhes seja determinado pelo director e adjuntos.

Art. 27.º O fundo próprio do Arquivo Histórico será constituído:

- 1.º Pela dotação especial anualmente inscrita no orçamento do Ministério da Guerra;
- 2.º Pela percentagem de 5 por cento da receita do fundo de instrução com a qual as diferentes unidades do exército contribuirão, remetendo-a no fim de cada semestre, ao Arquivo Histórico Militar, directamente ou por intermédio da Agência Militar;
- 3.º Pelo produto da venda de todo o papel de documentos e livros classificados como inúteis pela comissão a que se refere o artigo 17.º do regulamento;
- 4.º Por quaisquer outras receitas eventuais.

Art. 28.º O fundo do Arquivo é destinado a:

- a) Aquisição do expediente, da mobília e utensílios que do Depósito Geral do Material de Aquartelamento não possa fornecer;
- b) Execução de pequenas reparações nas dependências do Arquivo, no mobiliário, nos livros, utensílios, etc.;
- c) Pagamento do consumo da energia eléctrica para iluminação e aquecimento, e aluguer dos contadores da água e da electricidade;
- d) Concessão de pequenas gratificações a praças que prestem serviços especiais ou extraordinários;
- e) Quaisquer despesas destinadas a melhorar as condições e serviços do Arquivo Histórico.

Art. 29.º A gerência do fundo do Arquivo Histórico Militar cabe ao conselho administrativo do estado maior do exército.

Art. 30.º Haverá no Arquivo Histórico Militar um conselho eventual constituído pelo director, pelo adjunto seu imediato, que exercerá as funções de tesoureiro, e por

outro oficial adjunto, nomeado anualmente, que servirá de secretário.

Art. 31.º Ao conselho eventual, como delegado do conselho administrativo do estado maior do exército, cabem as seguintes atribuições:

- 1.º Arrecadar e escriturar as receitas a que se referem os n.ºs 2.º, 3.º e 4.º do artigo 27.º;
- 2.º Reclamar a percentagem de 5 por cento do fundo de instrução logo que qualquer unidade deixe de efectuar a respectiva remessa até 31 de Janeiro ou Julho;
- 3.º Aplicar as receitas do Arquivo nos termos do disposto no artigo 28.º;
- 4.º O conselho eventual prestará contas até 5 de cada mês ao conselho administrativo do estado maior do exército, por meio de conta corrente, em duplicado, devidamente documentada. O duplicado, depois de conferida a conta corrente com os documentos, será devolvido ao conselho eventual, com o sinal de conferido por aquele conselho administrativo;
- 5.º O conselho eventual escriturará em registos especiais, donde será mensalmente extraída, a conta corrente:

As receitas, discriminando-as pelas respectivas proveniências;

As despesas efectuadas, separando as realizadas por conta da dotação orçamental das restantes.

Art. 32.º Os vencimentos do pessoal do Arquivo Histórico Militar serão abonados pelo conselho administrativo do estado maior do exército.

Art. 33.º O Arquivo Histórico Militar disporá de instalação própria, em condições adequadas à melhor guarda, conservação e disposição dos documentos, e de modo a preservar estes quer do risco de incêndio, quer dos efeitos da humidade, quer de outra qualquer causa de ruína ou destruição.

Art. 34.º Além das salas necessárias para a conveniente arrumação das caixas e livros, munidas das indispensáveis prateleiras, o Arquivo Histórico Militar disporá de salas ou gabinetes necessários para o director, adjuntos, amanuenses, para a consulta e leitura dos documentos pelos estudiosos, vestiários e ainda de uma pequena oficina para reparação de encadernações.

Art. 25.º Fica revogado e substituído pelo presente diploma o regulamento para a organização do Arquivo Histórico Militar, aprovada pelo decreto n.º 7:723, de 4 de Outubro de 1921.

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 25 de Fevereiro de 1924.—*MANUEL TEIXEIRA GOMES—Alvaro Xavier de Castro—Alfredo Ernesto de Sá Cardoso—José Domingues dos Santos—António Germano Guedes Ribeiro de Carvalho—Fernando Augusto Pereira da Silva—Domingos Leite Pereira—António Joaquim Ferreira da Fonseca—Mariano Martins—António Sérgio de Sousa—Júlio Ernesto de Lima Duque—Mário de Azevedo Gomes.*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Comissariado Geral dos Abastecimentos

Edital

Considerando que os produtos hortícolas se estão vendendo no mercado de Lisboa por preços exageradamente elevados, mal este que resulta, em máxima parte, do jôgo especulativo que efectua os intermediários;